



Forestis

BOLETIM TRIMESTRAL DA FORESTIS - ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO NORTE E CENTRO DE PORTUGAL • NÚMERO 11 • ANO 3 • DEZEMBRO 1998

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da *Forestis*

Dia 9 de Janeiro de 1999 às 9 horas no auditório do IBMC, Rua do Campo Alegre nº 823, Porto

Curso sobre fogos controlados

26 a 29 de Janeiro de 1999

A *Forestis* deseja boas festas
aos seus associados

SUMÁRIO

Editorial	3
Vida da <i>Forestis</i>	5
Vida das Associações Florestais Sub-Regionais	12

FICHA TÉCNICA

BOLETIM TRIMESTRAL DA *Forestis* – ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO NORTE E CENTRO DE PORTUGAL
Nº 11

EDITADO POR: *Forestis* – AFNCP;

INSTITUTO DE BIOLOGIA MOLECULAR E CELULAR DA UNIV. DO PORTO, R. DO CAMPO ALEGRE, 823,
4150 PORTO – TELF: 02 6006129 • FAX: 02 6090156 • EMAIL: forestis@mail.telepac.pt

EXECUÇÃO GRÁFICA: RAINHO & NEVES, LDA. – SANTA MARIA DA FEIRA

COORDENAÇÃO: CAROLINA DOMINGUEZ

COMITÉ DE REDACÇÃO: EQUIPA TÉCNICA DA *Forestis*

NESTE NÚMERO COLABORARAM: ALEXANDRE SOUSA, CAROLINA DOMINGUEZ, ZULMIRA CAMPELO,
SÉRGIO MARABUTO, NUNO CALADO, JORGE CUNHA, MARGARIDA BARBOSA, TERESA RAMOS
DAS NEVES, ANTÓNIO NETO, RUI GUIMARÃES

EDITORIAL

À procura das diferenças

Forestis

Quando se discutem novos caminhos para o Desenvolvimento Rural parece fácil e de certo modo atractivo, colocar o «acento tónico» na Floresta. Vivemos num mundo onde as pessoas com capacidade de decisão tentam articular os discursos de modo a conciliar o económico e o político. Qualquer esforço de conciliação implica perceber até que ponto cada uma das partes pode ceder. A floresta nunca foi tão importante para Portugal como parece ser neste final de século... pelo menos sob ponto de vista económico, já que em termos políticos parece ser grande o afastamento entre as palavras e a realidade. O nosso país importa cada vez mais, produtos que tem origem na floresta, e as grandes empresas começam a compreender que, tal como o Estado começou a fazer, o quanto é importante abrir «as portas» e começar um diálogo (lento mas que vai dar pequenos passos) com os proprietários da terra devotada ao uso florestal.

Todo este processo é um exercício de paciência. Temos de ser pacientes e aceitar que as associações florestais não são todas iguais. Os dirigentes fazem o que podem, e às vezes um pouco mais do que isso; os engenheiros florestais constituem um capital de competências que não cessa de aumentar; pena é, que nem sempre se consiga um sincronismo de realizações entre as equipas técnicas e a «massa crítica» que em princípio, é constituída pelos proprietários mais activos, ou sejam os dirigentes. A direcção da *Forestis*, sempre que se depara uma oportunidade, troca ideias com as equipas técnicas que estão ao serviço do movimento associativo. Uma vez consegue exprimir-se melhor, outras nem tanto. Pelo menos estamos todos de acordo: – Todos procuramos ideias novas; outras realizações possíveis; caminhos de desenvolvimento que contrariem algum pessimismo que naturalmente sempre passou pela floresta.

A *Forestis* dispõe de alguma vantagem comparativa com outras organizações que estão a actuar nos espaços florestais. Uma dessas vantagens provem da visão inter-disciplinar que nós temos da floresta e da sociedade; é reconhecido pelos nossos parceiros que temos desenvolvido alguma capacidade para envolver outros grupos de interesses, num diálogo construtivo sobre a possibilidade de melhorar a nossa floresta. A diversidade e a competência das pessoas que colaboram com a *Forestis* e os canais múltiplos que estabelecemos com os diversos grupos de interesses tem transferido conhecimento, prestígio e melhoria de opinião sobre os «florestais» a nível local, regional, nacional e internacional.

Participamos com muito interesse e sempre com postura pedagógica nos Conselhos Regionais Agrários que foram constituídos no Entre Douro e Minho, em Trás-os-Montes e Alto Douro e na Beira Litoral. Esperamos integrar o mesmo processo na Beira Interior.

Regionalizar o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta pode constituir um conjunto de tarefas colectivas interessantíssimas, capazes de influir no melhoramento da imagem e dos processos de trabalho internos das associações florestais.

Repetindo o que escrevemos no início do editorial, todo este processo de trazer o «povo» da floresta até aos centros de decisão é feito num percurso não linear. Todo ele é composto por pessoas, ideias e conceitos, umas vezes com maior abertura às ideias dos outros, outras

vezes encontrando resistências mais apertadas, mas que a própria integração europeia, por força da mistura de culturas e do aperfeiçoamento dos processos de participação dos cidadãos, tem ajudado a construir, atrevemo-nos a dizer com uma certa aceleração.

Temos por certo que a floresta vai ser um dos motores do desenvolvimento rural. Acreditar nesta ideia faz parte do «caminho», a outra parte é a procura das ideias com vida, que possam ser vistas pelos outros grupos, com a mesma visibilidade que têm para nós. Não é só a Administração Pública que tem de ser convencida da justiça dos princípios que aplicamos à economia e à cultura da floresta, a grande tarefa que está reservada a quem se envolve no movimento *Forestis* é o trabalho de conquistar novos aderentes colectivos; porque o trabalho em curso é demasiado e todos os actores são poucos, façamos com que esta «peça» tenha sucesso. A sustentabilidade da *Forestis* significa usar este espaço de ideias de tal modo que: a vitalidade, a diversidade, e a capacidade para regenerar devem ser mantidas ao longo do tempo.

Recentemente participamos em Helsínquia como observadores, numa das reuniões do Comité de Pilotagem Pan-Europeu para a Certificação Florestal. Posteriormente recebemos a confirmação de que a *Forestis* é membro desse Comité, e deve dar o seu contributo para o enquadramento português que, obviamente, irá colocar em prática um esquema de certificação, englobando elementos comuns e requisitos que servirão de suporte a uma gestão sustentada da floresta, garantindo assim aos clientes destes 14 países europeus que aderiram aos princípios PEFC, a certificação da origem dos produtos florestais.

A importância da floresta na economia portuguesa está com muito pouca visibilidade. Exceptuando o caso do Presidente de uma das nossas mais prestigiadas Associações, raros são os economistas com prestígio que divulgam trabalhos de investigação económica aplicados à floresta nacional. É preciso mudar este panorama. Conseguir uma importância real e difusão mais ampla dos trabalhos sobre a gestão florestal, é outro dos objectivos que a *Forestis* vai ter de alcançar a curto prazo.

Curtos são os dias e sinceramente temos muito pouco tempo para dormir.

Eng. Alexandre Sousa

VIDA DA *Forestis*

Forestis

A *Forestis* organizou o seminário: «O futuro dos planos regionais de ordenamento florestal»

A organização deste seminário foi mais uma iniciativa que a *Forestis* conseguiu realizar com sucesso. De facto, o interesse que este tema suscita fez com que tivessem participado neste seminário cerca de 250 pessoas, entre participantes, oradores e moderadores, os quais tornaram o debate extremamente rico e útil. Não podemos também deixar de agradecer a todas as entidades que nos apoiaram e que permitiram a realização deste evento. O debate realizado ao longo dos dois dias originou três páginas de conclusões, o que nos impossibilita de fazer aqui a sua reprodução integral. Ficam aqui algumas das mais importantes:

1. A importância do sector florestal na economia e na sociedade, as suas características, problemas e perspectivas tornam imperativa uma intervenção muito eficiente da Administração Pública no enquadramento e no apoio ao desenvolvimento da floresta

numa perspectiva equilibrada de exploração sustentável e de valorização competitiva.

A afirmação muito repetida pelo Governo, da prioridade atribuída ao sector florestal e as iniciativas recentes desenvolvidas pela Administração Pública em torno da fileira florestal, de que são exemplos, no primeiro caso a Lei de Bases da Política Florestal e no segundo o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa, trouxeram grandes expectativas de mudança. No entanto constata-se que na prática, o sector florestal não mereceu de facto atenção especial e não foi alvo de qualquer Plano Mobilizador. Os meios que potencialmente lhe seriam afectos, e que necessitava urgentemente, não tiveram na prática, o enquadramento e dinamização da Administração Pública que lhes permitisse a sua total utilização. Verifica-se por outro lado que as GOP's (Grandes Opções do Plano) para 1999 ignoraram o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa, apenas se referindo de forma muito vaga, à Lei de Bases da Política Florestal. No mesmo sentido, se vê com a maior preocupação que a proposta de orçamento para 1999 reduz as dotações ao sector florestal.



Esta situação, para além de bloquear o desenvolvimento da fileira florestal, fragiliza completamente as negociações da Agenda 2000, pelo que se propôs a sua correção. Considerou-se indispensável que seja assumido pelo governo, com a necessária integração interministerial, a política de desenvolvimento sustentado do sector florestal.

2. Constatou-se a oportunidade de criação dos PROF's como instrumento de ordenamento do florestal, dadas as dificuldades que a este respeito se tem verificado no interrelacionamento com outros instrumentos de gestão do território, nomeadamente PROT's (Planos Regionais de Ordenamento do Território), PDM's (Planos Directores Municipais) e Planos Especiais de Ordenamento onde, com frequência, as regulamentações, conflituam com disposições e competências do sector florestal.
3. Constatou-se a falta de articulação legislativa entre o MEPAT (Ministério do Equipamento e Ordenamento do Território) e o Ministério de Agricultura, dado que o projecto de Dec. Lei dos PROF's prevê no seu articulado, que estes sejam considerados «instrumentos de gestão de natureza especial», portanto vinculativos para as explorações florestais públicas e privadas, enquanto a Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e do Urbanismo, publicada em Agosto passado, enquadra os PROF's como instrumentos de Política Sectorial. A ser assim, só serão vinculativos para o sector privado depois de integrados em PDM's, o que poderá acontecer nos casos em que estes estejam em processo de revisão, ou quando se iniciar a elaboração de uma segunda geração de PDM's. Considerou-se desejável que os planos directores de gestão municipal fossem enquadrados por PROT's (Planos Regional de Ordenamento do Território) da unidade geo-económico-social em que cada Município se insere, para que seja garantida a necessária articulação intermunicipal.
4. Propôs-se, para aumentar a eficácia dos PROF's, que nos diplomas legais complementares da Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e do Urbanismo, que serão aprovados no prazo de um ano, e que definirão as alterações aos regimes

aplicáveis à elaboração, aprovação, execução, avaliação e revisão dos PROT's, PDM's e Planos Especiais, fique definido um prazo (2 a 3 anos), que vincule as entidades responsáveis por aqueles planos à revisão, no sentido de integrar as normas e directrizes dos PROF's.

5. Sublinhou-se a necessidade de que a elaboração dos PROF's envolva activamente os parceiros públicos e privados mais relevantes da fileira florestal, para que, em conjunto, se encontrem as melhores soluções para o planeamento, gestão, conservação e utilização eficiente dos recursos florestais. Em particular, a disponibilidade da *Carta de Aptidão Florestal elaborada pela Forestis*, confere a esta Federação um papel de parceiro importante com bom conhecimento do espaço florestal e dos produtores através das Associações Locais federadas.
6. Consideram-se os Planos de Gestão Florestal ferramentas operativas eficazes da Política Florestal, sublinhando-se o princípio do livre estabelecimento pelos proprietários das acções de natureza económica, dentro das normas gerais definidas pelos PROF's. Propôs-se que a regulamentação privilegiasse mecanismos leves e desburocratizados de execução. Destacaram-se as vantagens de uma fiscalização auto-regulada pela organização do sector florestal, através de normas de auditoria técnica e certificação, quando possível.

A Forestis participou no 1º Seminário sobre Associativismo Florestal

Decorreu na Guarda nos dias 12 e 13 de Novembro este seminário sobre Associativismo Florestal, que reuniu muitos participantes, quer da Administração Pública quer de diversas Associações Florestais. Este seminário encontrava-se estruturado em três temas:

- A. O Papel das Associações na Gestão da Floresta Privada
- B. Estrutura Fundiária e Associativismo
- C. Financiamento das Associações

Em torno destes temas foram constituídos grupos de trabalho que se reuniram com o objectivo de apresentar conclusões e propostas provenientes do debate e da troca de ideias e de experiências. Face à importância deste evento, a *Forestis* esteve presente nos três grupos de trabalho, assim como diversas Associações Florestais que constituem este movimento associativo, para assegurar que as dificuldades e as necessidades actualmente existentes, fossem amplamente debatidas e devidamente salvaguardadas nas conclusões finais. Apresenta-se em seguida um resumo das propostas aprovadas em plenário no 2º dia:

A. O Papel das Associações na Gestão da Floresta Privada

1. Criação de uma contribuição autárquica, no princípio contribuição-exigência.
2. Definição de uma área mínima de intervenção, por forma a ultrapassar a limitação do minifúndio.
3. Produção de legislação que possa atenuar a «transferência» de terras, evitando, por força de herança/partilhas, ainda mais a pulverização de áreas já exíguas.
4. Adequar a postura das associações face aos novos desafios alargando as suas actividades em diversas áreas.
5. Necessidade de adequar juridicamente os estatutos das associações para possibilitar novas acções a desenvolver junto dos proprietários dos espaços florestais.

B. Estrutura Fundiária e Associativismo

1. O desenvolvimento florestal em áreas de minifúndio passa pela existência de organizações de proprietários/produtores, nomeadamente associações e cooperativas. Com efeito, a pequena dimensão da propriedade, a desertificação humana, o absentismo e a necessidade de uma gestão sustentada da floresta, aconselham a criação das referidas organizações.
2. Estas devem constituir-se por iniciativa dos proprietários/produtores e funcionar com base em: estabelecimento de uma relação contratual com os proprietários/produtores associados, capacidade técnica e de gestão, prestação de serviços

de extensão florestal e articulação com a Administração Pública.

3. À Administração Pública compete um papel importante através do fomento do associativismo, apoio técnico e financeiro ajustado às necessidades das Organizações, elaboração de legislação adequada aos objectivos com participação activa e envolvimento das Organizações, validação e acompanhamento dos projectos apoiados, criação de incentivos aos proprietários/produtores florestais que adiram às Organizações e promoção da simplificação do processo administrativo.
4. As acções de vulgarização devem ir ao encontro dos produtores florestais nos seus locais de residência, nomeadamente nas aldeias, devendo ser garantido o envolvimento das autarquias nessas acções.

C. Financiamento das Associações

1. Elaborar uma estratégia de desenvolvimento do movimento associativo florestal, dotando-o de um quadro financeiro adequado às características e especificidades do sub-sector produtivo e às diversidades regionais.
2. Celebrar contratos programa com a Administração Pública, visando a execução de tarefas prioritárias nos seguintes domínios: extensão florestal, emparcelamento florestal através da gestão conjunta de áreas agrupadas, projectos de demonstração de aplicação dos critérios de gestão florestal sustentada, prevenção de incêndios, projectos de investigação e produção de elementos de suporte de decisão.
3. Incentivar a adesão dos proprietários florestais a projectos de demonstração, através da concessão de incentivos financeiros.
4. *Constituir um fundo financeiro* vocacionado para apoiar as necessidades de investimento e de funcionamento das organizações florestais, *salvaguardando assim as limitações das ajudas comunitárias, quer no que se refere a prazos, quer no que se refere a taxas de subsídioção.*
5. Tendo em consideração o carácter horizontal e intersectorial da floresta, deve-

riam ser envolvidos no financiamento das organizações florestais as Autarquias e os Ministérios directa ou indirectamente relacionados com a floresta.

6. Definir um regime de incentivos fiscais, quer para os produtores, quer para o movimento associativo.

A *Forestis* participou na reunião técnica sobre «Informação de Base para o Desenvolvimento dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal»

Decorreu no dia 16 de Julho de 1998 na Estação Zootécnica Nacional em Santarém, uma reunião técnica promovida pela DGF sobre Informação de base para o Desenvolvimento dos PROF's.

A realização deste encontro foi considerada pela DGF no âmbito das acções preparatórias do desenvolvimento dos PROF's e tinha como principal objectivo a apresentação de instituições produtoras de Informação de base, elementos essenciais para a elaboração dos PROF's.

Assim diversas instituições apresentaram os produtos que têm disponíveis, bem como as condições de acesso a essa informação.

Esta jornada revelou-se interessante para apercebermo-nos de informação existente, no entanto revelou-se por parte da audiência uma certa frustração por não terem sido discutidos os PROF de uma forma mais concreta.

A *Forestis* presente no seminário técnico sobre Projectos SIG e de Geoestatística

Foi realizado nos dias 1 e 2 de Outubro um seminário técnico sobre Projectos SIG e de Geoestatística no C.O.T.F. na Lousã, promovido pela DGF.

Na manhã do primeiro dia, foi divulgado a avaliação global do programa de informação sectorial desenvolvido pela DGF, que versa sobre a incorporação de *Know-how* nas organizações do sector florestal, através da formação, do treino e da actualização do saber em tecnologias de

informação inovadoras, aplicadas às florestas e aos recursos associados, abrangendo os SIG e a geo-estatística, bem como as da detecção remota e de análise e classificação de imagens. Este programa está a ser executado sob a responsabilidade curricular e executiva do Grupo de Ambiente do CMRP/IST e do ISEGI tendo contado com 74 participações em 1998.

A parte da tarde versou sobre a divulgação de Standards de software e de hardware, tendo sido apresentadas várias comunicações por entidades públicas e privadas merecendo especial atenção a da Universidade Autónoma de Barcelona com o Software Miramon utilizado na elaboração do Inventário Florestal da Catalunha.

O segundo dia foi todo ocupado com a divulgação de resultados de projectos de aplicações florestais dos sistemas de informação geográfica e geoestatística por diversas entidades e de geoestatística através dos participantes do mestrado (a decorrer no IST ao abrigo do programa discutido no primeiro dia).

Este seminário técnico revelou-se muito positivo para a *Forestis* no sentido de aumentarmos os nossos conhecimentos com recurso a técnicas que deverão ser utilizadas e implantadas na Silvicultura moderna.

Workshop «Gestão Sustentada de Espaços Florestais – Experiências e Instrumentos de Apoio à Decisão»

Este Workshop que decorreu nos dias 4, 5 e 6 de Novembro no TagusPark em Oeiras contou com a participação de um técnico da *Forestis*. A organização esteve a cargo do Departamento de Engenharia Florestal do ISA e da Silviconsultores.

O objectivo do Workshop era o estabelecimento de contactos por parte de técnicos florestais com novas tecnologias e instrumentos de apoio na gestão sustentável dos espaços florestais.

O Workshop contava com formadores vindos do Brasil e dos Estados Unidos, bem como Portugueses. Foram demonstradas aplicações informáticas em actual utilização e em desenvolvimento.

Esta área de investigação parece-nos ser de uma grande importância no futuro pois toda a ajuda que se pode obter no planeamento e ordenamento florestal na óptica de uma melhor e mais eficiente gestão implica menores custos e

opções mais rentáveis. Nesse sentido a *Forestis* continuará a acompanhar de perto todos os seus desenvolvimentos.

A *Forestis* na 2ª feira florestal de Celorico da Beira

A *Forestis* esteve presente no dia 16 de Setembro na 2ª Feira Florestal de Celorico da Beira, onde participou no debate sobre «Medidas de Fomento Florestal: Instrumentos Financeiros e as funções dos diferentes agentes». A participação neste debate permitiu à *Forestis* fazer mais uma chamada de atenção, e perante proprietários florestais e responsáveis de diversas instituições do sector florestal, das dificuldades sentidas em realizar o fomento florestal nas regiões típicas de minifúndio, zona norte e centro do país, com os actuais instrumentos financeiros. A título de exemplo veja-se o que acontece com a Portaria nº 199/98 – PDF (Programa de Desenvolvimento Florestal), que veio tornar obrigatória a apresentação de cartografia em formato digital para os projectos cujo montante ultrapasse os 2000 contos. **Qual é então o problema?** O problema acontece com os montantes máximos elegíveis, isto é, o custo da cartografia digital é elegível até ao montante máximo de 25.000\$00, acrescido de um custo/hectare variável com o investimento total e com uma classe definida em função do declive e da dispersão dos prédios rústicos. Ao fazer um agrupamento de produtores (solução essencial nas zonas de minifúndio) com 50 pessoas, por exemplo, só se considera um projecto, logo, o custo da cartografia é de 25.000\$00 mais o custo/hectare atrás referido. Se em vez de um agrupamento fossem feitos 50 projectos individuais, o custo elegível da cartografia seria de **50X25.000\$00**, ou seja **1.250.000\$00**, mais o custo/hectare. É evidente que nestas condições não há ninguém, proprietários, projectistas, etc, que queira fazer agrupamentos.

A *Forestis* no Workshop: sistemas agro-silvícolas

A *Forestis* esteve presente num Workshop sobre Sistemas Agro-Silvícolas, que decorreu no passado dia 29 de Setembro em Vila Real. A comunicação que a *Forestis* fez incidiu principal-

mente em duas vertentes: uma sobre a realidade actual deste tipo de sistemas na região do Entre Douro e Minho (desde 1994 até Agosto de 1998 tinham sido aprovados 980 projectos PDF, dos quais só 30 continham acções de uso múltiplo como parques de lazer, apicultura e silvopastorícia), outra sobre a importância do movimento associativo no fomento dos sistemas agro-silvícolas ao realizar a constituição de áreas agrupadas e ao fazer a divulgação destes sistemas e das suas vantagens.

Reunião da *Forestis* com o IFADAP Vila Real para esclarecer situação dos agrupamentos

A *Forestis* nas pessoas do seu Presidente, Dr. Silva Ramos e da Engª Rosário Alves, assim como os representantes da Associação do Vale do Douro Norte (o seu Presidente, o Coronel Aires e o seu técnico, o Engº João Teixeira) tiveram uma reunião com a Engª Ana Mouldão e o Engº Adão, do IFADAP Vila Real, para esclarecer alguns problemas que surgiram acerca do tratamento efectuado por essa entidade aos agrupamentos no âmbito da Associação do Vale do Douro Norte – AFLODOURONORTE.

Com efeito, enquanto os estatutos da Associação do Grande Porto – PORTUCALEA do Entre Douro e Minho, rectificados à luz da nova portaria PDF e da circular externa do IFADAP, permitiram a entrada do projecto do agrupamento de Rates no IFADAP do Porto, tendo como proponente a própria PORTUCALEA, as mesmas rectificações nos estatutos da Associação do Vale do Douro Norte não permitiram a entrada dos agrupamentos da Associação do Vale do Douro Norte no IFADAP de Vila Real.

A *Forestis* e a Associação do Vale do Douro Norte foram informadas no IFADAP Vila Real que os problemas que tinham surgido acerca dos estatutos da AFLODOURONORTE depreendiam-se com a falta de representatividade da Associação por esta não ter a titularidade da posse dos terrenos a serem alvo de projecto, condição necessária para se ser proponente/beneficiário do Plano de Desenvolvimento Florestal (PDF). Por outro lado, era permitido à própria área agrupada ser proponente.

Que interpretação a *Forestis* deve ter perante esta actuação diferenciada entre entidades

regionais de uma mesma instituição nacional, sobre um assunto tão importante como os agrupamentos? Que conselhos podemos emitir às nossas associadas para trabalharem com os agrupamentos? A nova portaria do PDF e a circular externa do IFADAP já saíram há muito tempo e ainda estamos com estas indefinições!

A *Forestis*, as Associações Florestais e os protocolos celebrados com a Direcção Geral das Florestas

Após a assinatura dos dois protocolos (um sobre extensão e outro sobre consolidação associativa) celebrados entre a Direcção Geral de Florestas e a *Forestis* em fins de Fevereiro de 1998, iniciou-se um processo interno de tratamento desses protocolos. Em Assembleia Geral da *Forestis* realizada em 16 de Maio de 1998, depois de uma ampla discussão com a participação de todas as Associações Florestais Locais sócias da *Forestis*, foram decididos os critérios de distribuição do dinheiro proveniente desses protocolos: cada Associação deve apresentar à *Forestis* dois programas de trabalho anuais (um de extensão e um de consolidação) com os seus respectivos custos totais, segundo uma matriz comum que contempla acções como visitas à proprietários, organização de Jornadas Técnicas, edição de desdobráveis e boletins, visitas de estudo, inquéritos, etc... Em seguida é efectuada a soma dos custos de todas as Associações e a percentagem relativa dos custos de cada uma. Essa percentagem é aplicada à verba que a DGF atribuiu à *Forestis* no âmbito dos dois protocolos e é recebida por cada Associação.

Depois de um trabalho aprofundado de reflexão no âmbito de cada Associação, foram elaborados os programas de trabalho, os quais foram analisados pela *Forestis*, que após aceitação, distribuiu o dinheiro relativo ao primeiro semestre de execução entre todas as Associações. Já estão os relatórios de execução do primeiro semestre em posse da *Forestis*, que irá apresentá-los de uma maneira consolidada à Direcção Geral de Florestas.

Quais são as conclusões que se podem tirar deste primeiro semestre de execução destes protocolos?

1. Foi muito importante a participação das Associações neste processo conjunto de reflexão e de decisão. Mais uma vez, é a prova que a *Forestis* é um movimento que se quer aberto e democrático.
2. O trabalho desenvolvido pelas Associações na área da extensão florestal e da consolidação associativa está longe de ser recompensado. A verba atribuída ao movimento *Forestis* todo para executar esta difícil missão junto dos proprietários do minifúndio é uma gota de água comparada com os custos que ela acarreta e que ninguém paga.
3. Esta experiência serve de base muito concreta para refletir sobre os apoios necessários no novo Quadro Comunitário de Apoio ao associativismo florestal, e em especial o do minifúndio.

Formação no Ano 1998

Como é de todos conhecido, o Departamento de Formação da *Forestis*, em Outubro de 1997 apresentou um pacote de formação para o Ano 98, no qual integrava 24 cursos de Formação Profissional dirigidos aos principais agentes da Fileira Florestal.

Depois de se mostrar ao Órgão Gestor a importância da Formação no Movimento *Forestis*, foram aprovados 23 cursos. O único curso que lamentamos ter sido reprovado, foi o que se dirigia aos dirigentes das Associações Sub-Regionais, acção considerada pela *Forestis* de máxima prioridade.

Afinal, os especialistas em Recursos Humanos apelam à formação dos dirigentes, considerando que a mudança de mentalidades e de atitudes só é atingida em pleno, quando se forma os dirigentes do sector. Apesar desse problema ao longo do ano 1998 conseguimos formar 305 agentes do Sector Florestal, nomeadamente:

199 proprietários florestais

- 59 sócios da Associação dos Produtores Florestais do Vale do Minho;
- 28 sócios da Associação Florestal do Vale do Sousa;
- 32 sócios da Associação Florestal do Grande Porto – PORTUCALEA;
- 64 sócios da Associação Florestal do Lima;
- 16 sócios ou potenciais sócios da Associação Florestal de Entre Douro e Vouga.

31 empreiteiros e candidatos à empreiteiros florestais

- 16 Candidatos a empreiteiros florestais na Zona de Basto;
- 15 Empreiteiros florestais na Zona do Vale do Sousa e Entre Douro e Tâmega.

12 administrativos das Associações Florestais Sub-Regionais

- 108 técnicos florestais (técnicos do Move-

mento *Forestis*; de outras organizações (ACEB, AFLOPS e ARAVIS), das Direcções Regionais de Agricultura – Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beira Litoral, Beira Interior e Alentejo; do Instituto da Conservação da Natureza; de Câmaras Municipais; do IFADAP; da Direcção Geral das Florestas; da Estação Florestal Nacional; independentes, professores de Universidades, Institutos Politécnicos e Escolas Profissionais).



«O curso «Gestão e Protecção da Floresta no Vale do Sousa» realizou-se em cinco fins de semana consecutivos, às sextas-feiras de tarde e Sábados durante todo o dia, na escola C+S de Rio de Moinhos. É minha opinião que acções deste tipo devem ser implementadas e publicitadas junto dos sócios de todas as Associações Florestais.

Como sócio da Associação Florestal do Vale do Sousa congratulo-me com a vitalidade, o entusiasmo e o dinamismo que testemunhei em todos os participantes, formadores e formandos. Para além dos conhecimentos técnicos adquiridos, gerou-se um clima de forte empatia mútua que tornou extremamente agradáveis as 52 horas que partilhámos. Como nota negativa registo não terem sido preenchidas todas as vagas do curso».

Opinião de um formando, sócio da Associação Florestal do Vale do Sousa. Frequentou o curso Gestão e Protecção da Floresta no vale do Sousa que decorreu em Rio de Moinhos – Penafiel

Formação para o Ano de 1999

Foi apresentado uma candidatura para um plano de formação profissional para o Ano 1999 que neste momento se encontra em fase de análise. Esse plano inclui:

Uma candidatura anual de 5 cursos de formação para técnicos:

- Podas e desramações em povoamentos florestais;
- Protecção da Floresta Contra Agentes Bióticos;

- Infra-estruturas Florestais;
- Instalação e condução de povoamentos de folhosas;
- Silvicultura do Pinheiro bravo.

Uma candidatura semestral de 3 cursos de formação para proprietários florestais:

- Condução e manutenção das florestas de uso múltiplo e afins;
- Gestão e protecção da floresta no Concelho de Amarante;
- Gestão e protecção da floresta no Concelho de Baião.

VIDA DAS ASSOCIAÇÕES

Associação Florestal de Entre-Douro e Vouga (jornada técnica)

Um dos pontos altos que esta Associação viveu neste semestre, foi sem dúvida a organização do seminário «A Gestão Sustentável das Florestas e a Certificação: Desafios», que decorreu no passado dia 3/10/98, na sede dos Bombeiros Voluntários de Arouca.

Com a presença de várias individualidades do sector florestal e de alguns especialistas do assunto em debate, assistiu-se a momentos bastante interessantes, havendo uma grande participação do público presente, proporcionada pelo leque variado de pessoas que assistiram (entre técnicos florestais, estudantes, proprietários, empreiteiros, etc.). Pena foi que não tivesse maior número de participantes.

Desta Jornada cujo tema «a Gestão Sustentável das Florestas» revela um interesse particular, concluiu-se que, para podermos perpetuar o recurso indispensável à Humanidade, a floresta, e se quisermos continuar a ser um País no qual o sector florestal tem um peso inegável (quer a

nível nacional, como internacional), garantindo o seu desenvolvimento económico, social e ambiental, teremos de passar necessariamente por uma utilização que permita satisfazer as necessidades presentes e futuras dos recursos florestais.

Outra conclusão retirada da Jornada relativamente à certificação de material lenhoso é que mais tarde ou mais cedo, e por imposição dos mercados internacionais, a certificação será inevitável. Isto é, ao adquirirmos um produto proveniente directa ou indirectamente da floresta, terá de ter um selo de garantia que diga qual o processo de produção, condução e exploração. Esperamos que com este tipo de iniciativas, se consiga promover a aproximação dos vários intervenientes do sector, discutindo e trocando ideias, criando soluções conjuntas, ultrapassando problemas comuns, por forma a obtermos mais e melhor floresta.

Jorge Cunha

(Técnico da Associação Florestal de Entre-Douro e Vouga)

PORTUCALEA – Associação Florestal do Grande Porto

Foi perante um auditório bem composto de público que decorreu, no passado dia 21 de Novembro, a 1ª Jornada Técnica da PORTUCALEA, subordinada ao tema «Comercialização de Material Lenhoso», tema polémico e sobre o qual persistem muitas dúvidas. Estiveram presentes como palestrantes o Prof. Fortunato Fonseca (UTAD), Dr. Lago Tavares (Portucel Florestal), Eng. Correia de Sá (ANEFA), Sr. José Manuel Vaz (Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho), o Prof. Dr. João Bento (UTAD), Dr. António Cêa (Director Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho) e o Eng. José de Sousa e Maia, presidente da PORTUCALEA.

As conclusões desta jornada apresentam-se em três vertentes, consoante o tema abordado:

No **Tema 1: «Comercialização – Exigências de Mercado»**, concluiu-se que o mercado de material lenhoso é um mercado comprador, isto é, há maior procura do que oferta. Assim as principais conclusões são: da necessidade da Gestão sustentada da floresta com a preservação do património florestal; Aumentar a produtividade da floresta e consequentemente a sua rentabilidade; Redução dos custos de exploração com a racionalização de meios e prática da economia de escala; Competitividade no sector e Perspectivar permanentemente o futuro.

No **Tema 2: «Necessidade de Avaliação e Triagem de Material Lenhoso na Comercialização»**, os principais aspectos focados foram:



- A necessidade de conhecimentos da utilização específica do material lenhoso, diferenciação de mercados e normativos vigentes, de forma a que haja um aumento da rentabilidade na exploração de toda a fileira florestal; A triagem do material lenhoso deve ser feita à saída da mata, de forma a que este seja encaminhado para os vários sectores da indústria consoante a sua qualidade e características; O produtor florestal deve conhecer o volume de madeira que oferece ao mercado e qual a sua qualidade, para tal deverá recorrer a entidades que lhe possam fornecer serviços de avaliação de material lenhoso, destacando-se aqui o papel das Associações Florestais Locais.
- O aumento da qualidade do material lenhoso na exploração florestal, implica uma condução dos povoamentos feita de forma selectiva e a utilização de espécies florestais adaptadas às condições edafo-climáticas locais; Para a defesa do património florestal natural e para a recuperação dos solos, deve recorrer-se a espécies ecológicamente mais produtivas, sendo o eucalipto em algumas situações a espécie indicada, funcionando como espécie pioneira e criando solo para futuras implantações de outras espécies.

No último, **Tema 3: «Consequências do Fogo, Pragas, Doenças, Podas Desramas e Resinagem para a Comercialização»:**

Com esta iniciativa a PORTUGALEA pretendeu que os produtores florestais, empresários, técnicos e investigadores se familiarizassem e tomassem consciência da importância da comercialização para o desenvolvimento do sector primário florestal.

Teresa Ramos das Neves

(Técnica da Associação Florestal do Grande Porto)

Associação Florestal de Entre-Douro e Tâmega

Reunião sobre Associativismo e Defesa Florestal

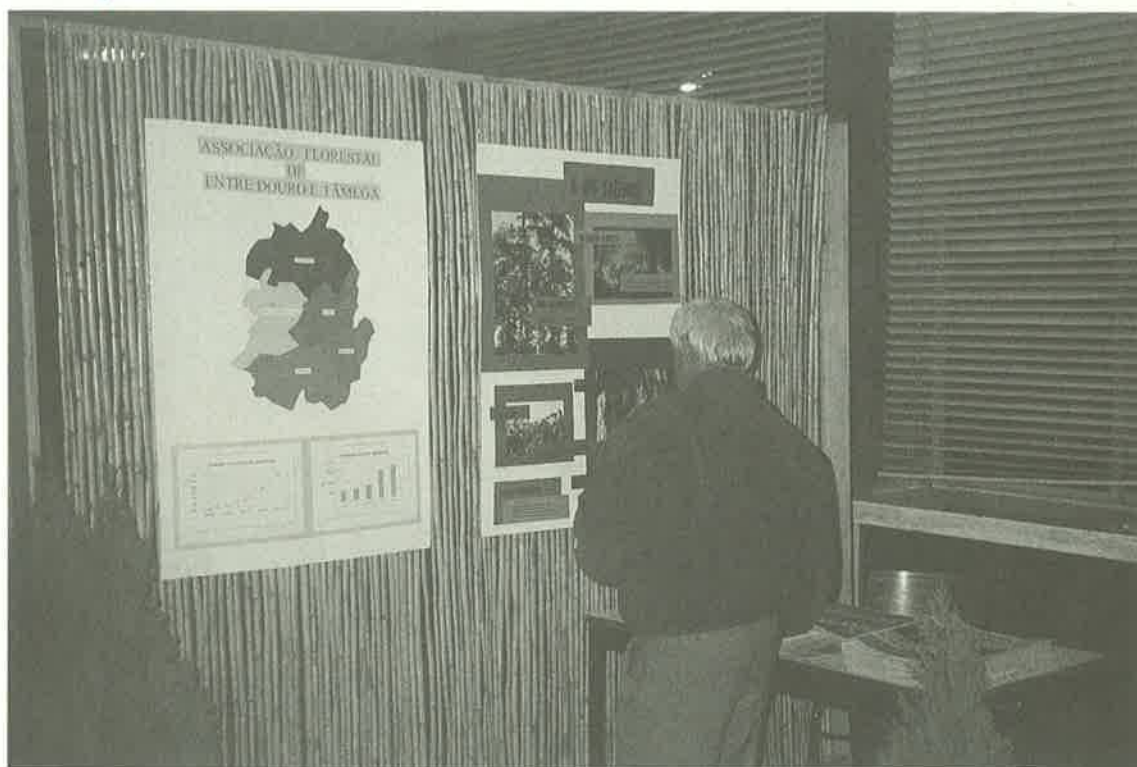
No dia 10 de Novembro decorreu na Câmara Municipal de Cinfães uma reunião sobre Associativismo e Defesa Florestal promovida pela Associação Florestal de Entre-Douro e Tâmega

(AFEDT), a Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho (DRAEDM) e a Câmara Municipal de Cinfães e à qual ocorreram mais de 100 proprietários florestais e presidentes de Juntas que encheram por completo o salão nobre da Câmara. Inicialmente o Sr. Presidente da Câmara Prof. José Manuel Pereira Pinto alertou

para a necessidade dos proprietários olharem e tratarem com mais acuidade a floresta em todas as suas vertentes valorizando-a e promovendo riqueza, ao mesmo tempo que indicava possíveis incentivos financeiros para o efeito e que podem ser articulados com as acções levadas a cabo pela Câmara no âmbito da CEFF municipal. De seguida deu a palavra ao representante da

DRAEDM, Eng. Luís Côrte-Real, que descreveu e explicou o Regulamento nº 2080 (CEE) e o Programa de Desenvolvimento Florestal (PDF). Por fim, e a jeito de «arrumar a casa», o técnico da AFEDT, Eng. António Neto, lembrou aos presentes o importante papel e a necessidade do Associativismo ao mesmo tempo que divulgava as actividades que esta associação tem em curso.

MANifesta 98 estivemos presentes



Decorreu na cidade de Amarante de 27 a 30 de Novembro a Feira MANifesta/98. Este evento contou com a participação de inúmeras entidades e milhares de visitantes que vieram a Amarante para ver e contactar com organizações ligadas ao mundo Agro-Rural. Sendo esta a primeira vez que a AFEDT esteve representada num stand, é possível classificar esta presença de manifestamente positiva pela presença dos muitos visitantes bem como pelo diálogo que com eles travámos. Assim, tivemos a oportunidade de divulgar e sensibilizar os visitantes, nomeada-

mente os produtores florestais, para a problemática do Associativismo, ao mesmo tempo que dávamos a conhecer as actividades em curso. De facto, estas acções transcenderam as expectativas, delas resultando vários contactos que esperamos venham a dar os seus frutos, fortalecendo o movimento associativo, e para que juntos possamos valorizar o património florestal fazendo mais e melhor floresta.

António Neto

(Técnico da Associação Florestal de Entre-Douro e Tâmega)

Associação dos Silvicultores do Vale do Ave

Forestis

No passado dia 31 de Agosto do corrente ano, foi constituída a Associação dos Silvicultores do Vale do Ave. Esta associação terá um importante papel a desempenhar na defesa, informação e formação de todos os proprietários dos 6 concelhos que formam o vale do Ave (Guimarães, Stº Tirso, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Fafe). A Associação encontra-se já em pleno funcionamento, tendo como sede provisória as instalações da Adega Cooperativa de Guimarães, em Fermentões, Guimarães.

No passado dia 28 de Novembro decorreram, na referida sede, as eleições para os Órgãos Sociais da Associação, para os quais foi apresentada e eleita uma única lista.

A Associação conta já com a participação de aproximadamente 30 sócios e de muitos outros interessados o que augura um futuro promissor.

Para envio de correspondência utilizar o Apartado 1076, 4810 Guimarães.

Rui Guimarães

(Técnico da Associação de Silvicultores do Vale do Ave)

Associação dos Produtores Florestais do Vale do Minho

Após a época de fogos a Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho foi muito solicitada para proceder à avaliação de volume de madeira ardida, nas propriedades dos seus associados. Estas avaliações têm surtido bons resultados, pois permitem ao produtor florestal conseguir um valor mais justo, pelo facto de saber o que realmente está a vender. Para a cubicagem, recorremos a tabelas de volume procedendo-se para tal à medição do diâmetro de todas as árvores e a determinação da altura de um conjunto de árvores, seleccionadas pelo método de Draudt. Para o trabalho de campo contamos frequente com a colaboração do proprietário, quer para a indicação dos limites, para a avaliação de diâmetros ou marcação da madeira, seguindo as indicações do técnico da associação. A comercialização é da responsabilidade do associado, fornecendo a associação uma lista de madeireiros, que o mesmo poderá contactar. No futuro, encontra-se entre os nossos objectivos, a venda conjunta de lotes de vários associados de forma a tornar o mesmo mais atractivo, conseguindo-se assim melhores valores. A descida de preços da madeira após a época de fogos, tal como se verifica neste

momento, deverá ser justificada apenas por existir uma maior oferta, pelo que se desaconselha a venda de madeira não queimada nesta época. a madeira ardida, se vendida no momento certo, não perde o seu valor, pois conserva as suas características físicas. Nos passados meses de Outubro e Novembro, a associação avaliou cerca de 645m³ de pinheiro bravo e 400m³ de eucalipto, num total de 9717 árvores.

Margarida Barbosa

(Técnica da Associação dos Produtores Florestais
do Vale do Minho)



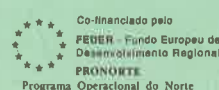
ASSOCIAÇÕES FLORESTAIS SUB-REGIONAIS

ASSOCIAÇÕES	SEDE	PRESIDENTE	EQUIPA TÉC.
Assoc. Florestal do Vale do Sousa	Rua Infante D. Henrique, 94 • 4580 Paredes Tel. / Fax: (055) 783 979 • Telem.: (0936) 2752402	Dr. Américo Mendes	Eng ^a . Amália Neto
CELFLO	R. Andrade Corvo, Ed. Câ. Mun. • 6360 Celorico da Beira Tel. / Fax: (071) 741 307 • Telem.: (0936) 2502036	Eng ^a António J. Marques Caetano	Eng ^a . Marisa Martins
Associação Florestal do Lima	Antigos Paços do Concelho – Praça. da República 4990 Ponte de Lima Telem.: (0931) 625 099 • Tel./Fax: (058) 944 103	Sr. Viana da Rocha	Eng ^a . Sónia Marques
Assoc. Florestal de Basto	Av. Capitão Elísio de Azevedo, Lt.14, 2 ^a D 4860 Arco de Baúlhe Tel. / Fax: (053) 665 309 • Telem.: (0936) 844 163	Dr. António Bastos	Eng ^a . Artur Mota
Assoc. Florestal do Cávado	Campo das Carvalheiras nº 1 • 4700 Braga Tel. / Fax: (053) 218 713 • Telem.: (0931) 764 745	Dr. José Braga da Cruz	Eng ^a . Arminda Coutinho
Assoc. de Produtores Florestais do Vale do Minho	Largo dos Padrões, Bloco 4, • 4950 Monção Tel. / Fax: (051) 654 096 • Telem.: (0936) 773 990	Sr. Manuel Guardão	Eng ^a . Margarida B. e Elisabete Araújo
Assoc. Florestal de Entre-Douro e Tâmega	Estrada Larga – Túias • 4630 Marco de Canavezes Tel./Fax: (055) 523 556 • Telem.: (0936) 235 42 85	Dr. Amadeu Carlos Marramaque	Eng ^a . António Neto
Assoc. Florestal do Vale do Douro Norte	Antiga Câmara Municipal – L ^a . do Pelourinho – Apartado 38 5090 Murça Tel.: (059) 511 712 • Telem.: (0931) 955 40 42	Sr. Coronel António M. Aires	Eng ^a . João Teixeira
PORTUCALEA (Associação Florestal do Grande Porto)	Rua 5 de Outubro, nº 5 (Ed. Bombeiros) • 4420 Gondomar Tel./Fax (02) 463 18 66 • Telem.: (0936) 249 75 63	Eng ^a José Barros Sousa e Maia	Eng ^a Teresa Neves
ARBOREA – Assoc. Florestal da Terra Fria Transmontana	Ed. Casa do Povo – Largo do Tóur • 5320 Vinhais Tel.: (073) 712 05 • Fax: (073) 713 40 Telem.: (0936) 502 134	Dr. Eduardo Vicente Roxo	Eng ^a Amândio Esteves
Associação Florestal de Entre-Douro e Vouga	P. Brandão de Vasconcelos, 10 (Antigo edifício escolar) 4540 Arouca Tel./Fax: (056) 949 041 • Telem.: (0936) 267 51 63		Eng ^a Jorge Cunha
Associação dos Silvicultores do Vale do Ave	Adega Cooperativa de Guimarães • Motelo – Fermentões 4810 Gulmarães Tel./Fax: (053) 412 376 ou (02) 609 01 56		Eng ^a Rui Guimarães



RUA DO CAMPO ALEGRE, 823, 4150 PORTO • TELF: 02 6006129 • FAX: 02 6090156 • EMAIL: forestis@mall.telepac.pt

Entidades que patrocinam a *Forestis*



Instituto Florestal